

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
ASCES-UNITA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELIENE FERREIRA NUNES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: REFLEXÃO DA
CONTRIBUIÇÃO DO PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
PARA OS DIREITOS DA JUVENTUDE EM CARUARU**

CARUARU

2016

ELIENE FERREIRA NUNES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: REFLEXÃO DA
CONTRIBUIÇÃO DO PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
PARA OS DIREITOS DA JUVENTUDE EM CARUARU**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA ASCES - UNITA, como requisito parcial, para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Me. Elba Ravane Alves Amorim

CARUARU

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 09 / 12 / 2016.

Presidente: Prof^a. Me. Elba Ravane Alves Amorim

Primeiro Avaliador: Prof. Émerson Silva Santos

Segundo Avaliador: Prof. Maria Rosineide Gonçalves

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e aos meus pais, Luzia e Jocelino por serem fundamentais na minha existência, bem como aos meus irmãos (as) e amigos (as) que muito contribuíram na minha caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A gratidão motivou meu coração a realizar uma missão nessa passagem existencial, acredito plenamente que a mim foi confiada uma missão de ser na vida do outro ser semelhante a mim uma gota profunda de presença espiritual, isso compreendi a partir das experiências ao longo dos anos acumulados.

Penso que na vida tudo nos pertence, porém não teremos acesso a tudo, pois existem abismos que nos separam dessa aproximação por direito, portanto, passei a enxergar a vida através de lentes transparentes quando me foi dada a oportunidade de viver numa comunidade religiosa. A vida se encarregou de me dá esse presente e foram 14 anos entre conhecimento, formação e missão numa família religiosa, onde aprendi a importância do dar-se sem reserva, do esquecer-se de si mesmo, do superar as ausências através da oração e entrega na missão.

Em muitos momentos não compreende o que se passava na minha existência naquele ambiente confuso de sentimentos e desejos, mas apreendi a importância do ser boa e generosa com as vidas que passavam por mim, assim vivenciei diversas experiências, desde Colégio Nossa Senhora de Fátima em Vitória da Conquista que me conquistou com seu encanto de rosas perfumadas e seu clima refrescante de amizades sólidas e salutares.

E a vida prosseguiu nos encontros mais motivadores possíveis de conhecimento humano e existencial, o encontro com a delicadeza da simplicidade do viver de homens e mulheres na vida religiosa, a sabedoria do dar-se até o fim da vida. Como a escuta me fez crescer e florescer no mundo de meu Deus. Grata, aprendi no cotidiano a importância de verbalizar essa simples palavra, como esquecer os momentos de crise e incentivos de pessoas extrafamiliar, a família que Deus me colocou para nascer e dá meus passos iniciais de abertura para novas realidades de viver.

Minha mãe Luzia Ferreira que numa frase me fez firmar no coração seu eterno amor por mim, dizendo: “Filha enquanto for viva pode contar comigo”, isso me motivou a viver os desafios de uma vida solitária numa comunidade religiosa, porém também numa vida independente fora do convento. Mãe, obrigada por sua existência.

A meu pai Jocelino Ferreira que manifestou seu carinho através de singelas cartinhas nos momentos de saudades, meu muito obrigado.

Aos meus irmãos e irmãs que de sua forma silenciosa e incentivadora afirmaram sua presença fraterna, profunda gratidão em especial Josevan (Nego) e Ileuza (Dinha), que mesmo distantes estiveram enviando doações e orações por mim.

As Irmãs Religiosas do SS. Sacramento a minha profunda gratidão pelo incentivo inicial do curso de Serviço Social, em especial Irmã Raimunda, que confiou em minha potencialidade.

As comunidades pelas quais passei realizando missão nos colégios e comunidades de missão eterna gratidão.

Aos amigos e amigas que aprendi a conquistar a amizade na confiança minha gratidão pelo apoio nos momentos de solidão.

Aos queridos mestres que passaram semeando sabedorias em forma de palavras e questionamentos, grata, pois me fizeram bem profundo e incentivou-me a ser melhor como ser humano e profissional.

Por fim, Deus lhes pague todos os dons partilhados e colhidos nessa troca de experiências onde acredito ter vivido com profundidade e apreendido com humildade e sabedoria.

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência”.

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar as contribuições do Programa ProJovem urbano para as Políticas Públicas de Juventude em Caruaru. Trabalhamos a partir dos seguintes objetivos específicos: Sistematizar a trajetória da política pública para a juventude no município de Caruaru-PE; Analisar o Programa Projovem de Caruaru, no período de 2010-2015 e Identificar as ações desenvolvidas pelo programa que potencializam os direitos dos jovens. A metodologia abordada foi através da pesquisa qualitativa, bibliografia e documental, no âmbito da Política Nacional de Juventude, na Política Estadual de Juventude, nas Leis e nos Relatórios Projovem Nacional e Municipal. No primeiro capítulo foi abordado a Política Pública para a Juventude: Brasil e em Pernambuco, onde observamos as discussões dos autores que trouxeram em sua maioria os jovens como sujeitos de direitos e potencializados a serem protagonistas. No segundo capítulo trouxemos o Programa Projovem e a Garantia dos Direitos da Juventude. Já o terceiro capítulo desenvolveu a temática das Políticas de Juventude em Caruaru e análise da experiência do Projvem em Caruaru. Concluímos que o ProJovem Urbano é a única Política de Juventude que não sofreu ao longo dos anos interrupções em sua execução, esperamos este trabalho venha contribuir para as próximas pesquisas bibliográficas e documentais, pois percebemos a grande necessidade de divulgações e construções de obras com essa temática de Políticas Públicas de Juventude e Projovem no Município de Caruaru.

PALAVRAS CHAVES: Políticas Públicas; Juventude; Projovem Urbano e Direitos sociais.

RÉSUMÉ

Cette réalisation de travaux de cours visait à analyser les contributions urbaines Programme ProJovem à la politique publique de la jeunesse à Caruaru. Nous travaillons à partir des objectifs spécifiques suivants: Systématiser la trajectoire de la politique publique pour les jeunes dans la municipalité de Caruaru-PE; Analyser le programme ProJovem Caruaru, dans la période 2010-2015 et d'identifier les mesures prises par le programme qui renforcent les droits des jeunes. La méthodologie a été abordée par la recherche qualitative, bibliographie et documentaire en vertu de la Politique nationale de la jeunesse, la politique de la jeunesse État, les lois et les rapports nationaux et municipaux ProJovem. Dans le premier chapitre a été approché de la politique publique pour la jeunesse: le Brésil et Pernambuco, où l'on observe les discussions des auteurs qui ont apporté la plupart des jeunes comme sujets de droits et d'être potentialisé protagonistes. Dans le deuxième chapitre nous avons apporté la garantie ProJovem programme et droits de la jeunesse. Le troisième chapitre a développé le thème de la politique de la jeunesse à Caruaru et l'analyse de l'expérience de Projvem à Caruaru. Nous concluons que le ProJovem Urban est la seule politique de la jeunesse qui n'a pas souffert au cours des années interruptions dans son exécution, nous espérons que ce travail contribuera à la prochaine recherche bibliographique et documentaire, que nous avons réalisé le grand besoin de divulgations et de travaux de bâtiments avec ce thème Politique publique jeunesse et ProJovem dans la ville de Caruaru.

MOTS-CLÉS: politiques publiques; jeunesse; ProJovem urbaine et les droits sociaux.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Percentual de mulheres e homens atendidos no Projovem.....	36
Gráfico 2.	Percentual referente à raça: negros, brancos e outros.....	37
Gráfico 3.	Percentual referenciando as séries escolares.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	A composição do Governo.....	41
Quadro 2.	A composição da Sociedade Civil.....	42
Quadro 3.	A composição do Poder Legislativo.....	43
Quadro 4.	Políticas Públicas e Direitas da Juventude em Caruaru.....	48

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1.	As políticas públicas são definidas por ciclos a partir dos estudos de Leonardo Secchi.....	24
Organograma 2.	As políticas públicas são definidas por ciclos a partir dos estudos de Leonardo Secchi.....	24
Organograma 3.	A nova estrutura conta com 3 Secretarias Executivas.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE: BRASIL E EM PERNAMBUCO.....	18
CAPÍTULO 2. O PROGRAMA PROJovem E A GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE.....	31
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DE JUVENTUDE EM CARUARU E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJvem EM CARUARU.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO.....	56

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é o resultado da pesquisa realizada no curso de Serviço Social, e busca discutir as Políticas Públicas de Juventude em Caruaru-PE.

A temática juventude tem sido objeto de reflexão de vários estudos destacando os aspectos político, social, econômico e cultural. Um dos temas que se destaca se refere ao debate da juventude no contexto das políticas públicas.

Na atualidade se verifica um aumento significativo de pesquisadores/as e gestores/as públicos interessados/as em estudos, pesquisas e formas de intervenção social do segmento juvenil. Assim, há várias formas de entender o conceito de juventude e existem polêmicas em decorrência de entendimentos que apontam para perspectivas diferentes. Para Assunção e Almeida ressaltam que essas polêmicas ocorrem em duas direções antagônicas:

[...] de um lado, a visibilidade desse contexto a partir de uma perspectiva política conservadora, na qual concebe a juventude como um segmento 'problemático e que por causa disso merece um tratamento coercitivo e repressor; de outro, o processo de organização do segmento juvenil defende o seu reconhecimento político pela sociedade numa perspectiva emancipadora. (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2009, s.p).

As autoras destacam a juventude como uma fase da vida que extrapola a adolescência, logo, exige-se para essa etapa uma atenção voltada para o atendimento político das demandas que são inerentes a essa fase da vida da pessoa humana, a juventude. As demandas se configuram no campo da cultura, lazer, trabalho, educação, saúde, esporte, dentre outras. Ainda para as autoras, à medida que os/as jovens passam a ser reconhecidos/as enquanto sujeitos de direitos, inicia-se na sociedade brasileira um amplo debate em torno das políticas públicas de juventude na direção do atendimento às demandas sociais deste segmento. (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2009).

As autoras já chamavam a atenção, afirmando que a realidade da juventude era desafiadora. Refletindo rapidamente o atual contexto social e político, diríamos que com o governo Temer e a extinção do SEJUV essa situação poderá se agravar, visto que no atual contexto sócio-político, permeado pela ideologia neoliberal retira direitos sociais, e/ou desqualifica os direitos da população jovem, que se expressam:

- ✓ Na violação dos direitos humanos;
- ✓ Na ausência de espaços de lazer e cultura;
- ✓ Nas péssimas condições de ensino das escolas públicas;
- ✓ Na falta de segurança;
- ✓ Na falta de saneamento e de moradia digna;
- ✓ Na falta de trabalho com o desemprego crescente.

Essa realidade evidencia como os direitos de cidadania dos/as jovens são historicamente violados e se “[...] manifestam-se, sobretudo, sob a face perversa do fenômeno da juvenização da violência e da pobreza”. (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2009, s.p.). Os/as jovens passam a ser vistos como objeto de políticas públicas, logo, de intervenção do Estado e não como sujeitos, protagonistas da construção dessa agenda política, que são as políticas públicas de juventude.

Nessa perspectiva, os programas sociais ganham destaque, em especial as ações voltadas aos jovens de ambos os sexos, justificando a relevância de estudos que deem conta da realidade e demandas sociais dessa parcela significativa da população brasileira.

Nesse sentido o presente estudo se desenvolveu a partir do seguinte **problema de pesquisa**: O PROJÓVEM NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE É UMA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE QUE CONTRIBUIU PARA OS DIREITOS DA JUVENTUDE EM CARUARU?

Desse modo, o nosso objeto de estudo foi as Políticas Públicas de Juventude no município de Caruaru.

O interesse pelo tema foi ampliado a partir da participação no Projeto INICIA¹, desenvolvida com a professora Doutora Juliene Tenório, cuja pesquisa buscou compreender as concepções de políticas públicas de juventude. A partir daí ideias e desejos foram contribuindo para conformar a presente pesquisa, observando a dimensão local. Além disso, a atuação profissionalmente em uma Organização Não Governamental (ONG), em Caruaru, como educadora social, trabalhando com crianças, adolescentes e jovens em atividades socioeducativas, tornou possível perceber a importância de refletir sobre a execução de uma política para a juventude no âmbito local. Logo, a escolha do tema tem forte relação com a ação do profissional do Serviço Social, visto que a juventude constitui parte integrante da

¹ Projeto de Iniciação Científica da ASCES-UNITA Centro Universitário Tabosa de Almeida.

população atendida na Política da Assistência, bem como do público prioritário do Projeto Ético-político da profissão que norteia a ação do/a Assistente Social na busca da garantia de direitos, seja diretamente ou indiretamente, pois em se tratando de políticas públicas, o profissional deve estar atento para solidificar seu compromisso.

Desse modo nosso Objetivo Geral foi: Analisar as contribuições do Programa ProJovem Urbano para as Políticas Públicas de Juventude em Caruaru. Trabalhamos a partir dos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Descrever a trajetória da política pública para a juventude no município de Caruaru-PE;
- ✓ Analisar o Programa Projovem de Caruaru, no período de 2010 a 2015;
- ✓ Identificar as ações desenvolvidas pelo Poder Público que potencializam os direitos dos jovens.

A metodologia é muito mais que técnicas, ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

O estudo aqui apresentado trata-se de uma pesquisa qualitativa e que vai buscar analisar os dados através da análise de conteúdo. Segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2010, pp.21-22).

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social. Conforme Martinelli:

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar. (MARTINELLI, 1999, p.115).

Para Minayo (2010), a análise de conteúdo é um método de tratamento de dados bastante utilizada em pesquisa qualitativa, pois se constitui em um conjunto de técnicas de pesquisa que busca dar sentido aos textos, discursos, entre outros.

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Cervo e Bervian definem a pesquisa bibliográfica como a que:

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos, que pode ser realizados independentemente ou como parte da pesquisa descrita ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 1981, p.55).

De acordo com Gil (2002, p.62), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “[...] fonte rica e estável de dados [...]”. É um tipo de pesquisa que não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. A pesquisa documental inclui também matérias de jornais e revistas que relatam fatos da realidade social.

Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Neste estudo analisaremos os seguintes documentos:

1. Política Nacional de Juventude;
2. Política Estadual de Juventude.

Frente à ausência de Relatórios Projovem Caruaru e da Diretoria de Juventude, foi necessário realizarmos a descrição das ações e programas que alcançaram a juventude de Caruaru a partir de uma cansativa pesquisa que teve como fonte a imprensa local, o que, pode prejudicar a pesquisa uma vez que as informações obtidas são descritas partir da visão política do órgão que a veiculou.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada procurando se debruçar no universo das produções bibliográficas e documentos a fim de esclarecer os fatos existentes na questão das políticas públicas em Caruaru procurando responder a problemática em análise.

CAPÍTULO 1. POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE: BRASIL E EM PERNAMBUCO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população jovem no Brasil chegou a 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, 84,8 % vivem nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente. Relacionado à questão de etnia, a pesquisa levantada traz os dados: Seis em cada dez entrevistados declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% da cor branca. No que diz respeito à religião dos jovens brasileiros, a maioria (56%) é católica, 27% são evangélicos e 16% não têm religião (somados a eles 1% de ateus), 49,6% são homens e 50,4% são mulheres. (BRASIL, 2010).

Já o diagnóstico do Governo do Estado de Pernambuco aponta que em 2011 o estado de Pernambuco tinha “[...] aproximadamente 2,3 milhões jovens, pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, que representam 26% da população pernambucana.” (PERNAMBUCO, 2011).

Os dados permitem observar o quanto é necessária a implementação de políticas públicas para a população jovem no contexto da sociedade vigente e que essas políticas públicas tenham o recorte de gênero e raça.

Assim, a elaboração e implementação de políticas públicas para a juventude, como para qualquer outro segmento social, deve representar uma perspectiva de assegurar direitos. Isso implica colocar os sujeitos como protagonistas das melhorias da sua realidade. Partindo dessa compreensão, os/as jovens devem ser chamados/as a ser promotores de uma sociedade. De acordo com Abad:

A política pública mais utilizada na América Latina representa a **escolha** por realizar ou não de um governo frente a uma situação. Ela também concretiza a **ação** do Estado, implicando num **investimento** de recursos estatais. E, uma vez delegada ao Estado, a priori, a autoridade para **promover a unificação e articulação da sociedade**, as políticas públicas se tornam **instrumentos privilegiados de dominação**, como também, a política pública constituindo-se numa decisão **expressa** uma determinada **ideologia** de mudança social, estando ela explícita ou não em sua elaboração, resultando tal decisão num compromisso de **racionalidade técnica e política**. Grifos da autora. (ABAD, 2008, p.16).

A concepção de juventude na Sociologia é genericamente difundida como noção social, baseada no conceito da Sociologia Funcionalista a constituiu como: momento de transição no ciclo da vida, da infância para a maturidade, correspondendo a um período dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e tornam-se membros da sociedade, assumindo elementos apropriados da “cultura” e dos papéis adultos. (ABRAMO, 2007, p.79).

Em termos políticos e sociais, os/as jovens são sujeitos de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades asseguradas e as formas de agir, viver e se expressar valorizadas. Os desafios do reconhecimento dos direitos dos/as jovens são muitos, mas o mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil. Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, juventudocêntrica² ao mesmo tempo em que é crítica a juventude. (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

O/a Jovem é visto por muitos como aquele/a que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia do padrão normativo. No imaginário adulto, o jovem é associado à insegurança. A expectativa criada sobre o/a jovem é construída em cada época e em cada sociedade, ou seja, é construído socialmente. (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 181).

As representações normativas não estão focadas somente nos/as jovens, isoladamente. Estão focados, sobretudo, no universo relacional dos jovens e no mundo adulto, que é marcado pelo poder das instituições, onde há possibilidades de interação, de conflito e de solidariedade. Conforme Spósito e Carrano:

[...] é preciso reconhecer - e essa é uma idéia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil - que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na

² O termo “juventudocêntrica” está relacionado a aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um “estado de espírito”, uma dádiva, um “dom” de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais “interessante” e “vibrante”. Disponível: altiaqui.com.br/2012/03/28/a-juventude-no-aspecto-politico/.

produção de novas representações. (SPÓSITO; CARRANO, apud. LAGREE, 2007, p.181).

A disputa em torno das concepções ocorre, na arena pública, protagonizada pelos vários atores, jovens e adultos, desenvolvendo ações nesse segmento, incluindo a sociedade civil e a própria composição dos aparatos do Estado.

Com maior ênfase têm crescido a partir 1990, os projetos e programas destinados aos jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência). Estes projetos se destinam a prestar atendimento aos jovens em situação do surgimento das expressões da questão social. (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p.187). Em conformidade com Spósito e Carrano:

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar às políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p.187).

No Brasil a questão da juventude ganha visibilidade a partir do engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitários, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e na adesão aos partidos de esquerda, como também, pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamentos. (SPÓSITO; CARRANO, 2007).

Spósito e Carrano (2007) destacam que a tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica, essa só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a comunidade social.

No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as faixas etárias. Algumas iniciativas de políticas públicas são observadas em Estados e municípios nas quais pode ser identificado o envolvimento de parcerias com organizações da sociedade civil, e outras instituições do Poder Executivo, Federal, Estadual e Municipal.

No Brasil ocorre ainda ausência de estudos que reorganizem os modos como foram fecundados as ações públicas destinadas aos jovens no século XX. Os jovens

são vistos na maioria das vezes pelas políticas públicas como problema ou como setores que precisam ser objeto de atenção.

O campo de disputas nas políticas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os jovens não são construídas apenas como base em que se pensa a juventude na sociedade, mas de uma concepção de modos de prática a ação política, do exercício do governo e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública, historicamente o Estado impõe políticas públicas e não as confronta em diálogo com os setores sociais.

As políticas públicas de juventude, assim como boa parte das políticas sociais, não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas resultado do agir ativamente de sujeitos coletivos organizados, na produção de novas representações.

A juventude, neste contexto se faz sujeito-objeto da sociedade quanto à visão capitalista, no sistema de produção e reprodução da força de trabalho, pois historicamente eles representam a força de trabalho, no desenvolvimento econômico do país. Quando as políticas públicas são voltadas para o desenvolvimento do país, investindo na juventude o processo educacional de formação técnica, visando o futuro prospero da economia brasileira e mundial, no entanto, nesse contexto são os interesses de mercados que predominam e não as escolhas dos/as jovens. Em conformidade com Behring e Boschetti:

O estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla casualidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.43).

As expressões da questão social, segundo as autoras, estão intimamente relacionadas às políticas sociais, pois seu surgimento foi necessário para suprir uma à outra, sendo que as políticas sociais foram criadas a partir da existência das expressões da questão social. Portanto, a dimensão juventude neste contexto é pertinente, pois suas necessidades são diversas no cotidiano das expressões da questão social, certamente algumas políticas públicas foram criadas a fim de proporcionar garantia de direitos dos/as jovens.

Baseado numa compreensão de que políticas públicas foram criadas para amenizar o fator “jovem como problema”, estigma historicamente criado pela sociedade, colocando o jovem em condição de marginalização³, esta constatação leva a acreditar que se o jovem foi e ainda é considerado problema na sociedade, por que então investir em seu potencial e força de trabalho? Certamente, este sujeito jovem, seja apenas fator de produção para gerir o capital, não sujeito de direito, portanto, estas políticas foram criadas a fim de conduzir esta população como investimento econômico para o país. (BRASIL, 2006).

Vale ressaltar que a Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2006), aponta o reconhecimento dos direitos dos/as jovens e o campo das políticas públicas de juventude, mobiliza o interesse e a participação de um amplo conjunto de atores sociais exigindo diálogos e negociações para os pactos intergeracionais.

Na família, em seus diferentes arranjos, no sistema escolar, nos espaços de lazer, no mundo do trabalho, no sistema de medidas sócioeducativas e prisional, nas mobilizações sociais e políticas, encontram-se cidadãos e cidadãs de diferentes gerações. No entanto, os dilemas vividos pelos jovens e as questões por eles/as colocadas assumem importância vital para a sociedade brasileira. (BRASIL, 2006).

De acordo com Secchi (2012) políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. A política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Ainda em conformidade com Secchi (2012), uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, pois a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. Para tornar os problemas da juventude como algo relevante para o Estado, jovem atuarem em diversas frentes de luta.

Sabe-se que as juventudes têm historicamente uma participação de lutas no desenvolvimento e na garantia de direitos no Brasil, basta entender que essa

³ É o processo social de se tornar ou ser tornado marginal (relegar ou confinar a uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade). Ser marginalizado significa estar separado do resto da sociedade, forçado a ocupar as beiras ou as margens e a não estar no centro das coisas. Pessoas marginalizadas não são consideradas parte da sociedade. Disponível em: www.academia.edu/5170465/O_que_é_viver_à_margem_da_sociedade.

população sempre esteve à frente nas discussões, seja nas universidades ou nas ruas, mostrando sua capacidade de mobilização. Mobilizações que tem sido marcos na história do Brasil, a exemplo da “Passeata dos 100 mil”, quando uma multidão com sentimento de mudança marcha pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro pedindo o fim da ditadura. São jovens estudantes em sua maioria, descontentes com os rumos do país e preocupados com o que o futuro reservaria aos brasileiros. (SOUSA, 2014).

Desde então o movimento estudantil se tornou a principal forma de oposição ou de diálogo ao/com o governo. De acordo com a cientista política, Elizabeth Stein, o envolvimento de jovens em lutas sociais tem uma explicação: “Eles têm tempo, não têm filhos e estão pensando no futuro. Os estudantes, normalmente, possuem mais idealismo e ainda têm esperança, por isso vão à rua primeiro”. (SOUSA, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, as principais reivindicações dos jovens estavam relacionadas à educação. O movimento estudantil se organizou em grupos como os Diretórios Centrais Estudantis (DCE), as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras. (SOUSA, 2014).

O professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Daniel Aarão Reis, lembra, no entanto, que nem todos os jovens eram contra a ditadura. “Muitos jovens apoiaram o regime e tantos outros não ligaram para nada. Uma parcela dos estudantes queria mais progredir na sua carreira. Você tinha uma juventude conservadora no país. A idéia de que todos os jovens lutaram contra a ditadura é romântica”. (SOUSA, 2014).

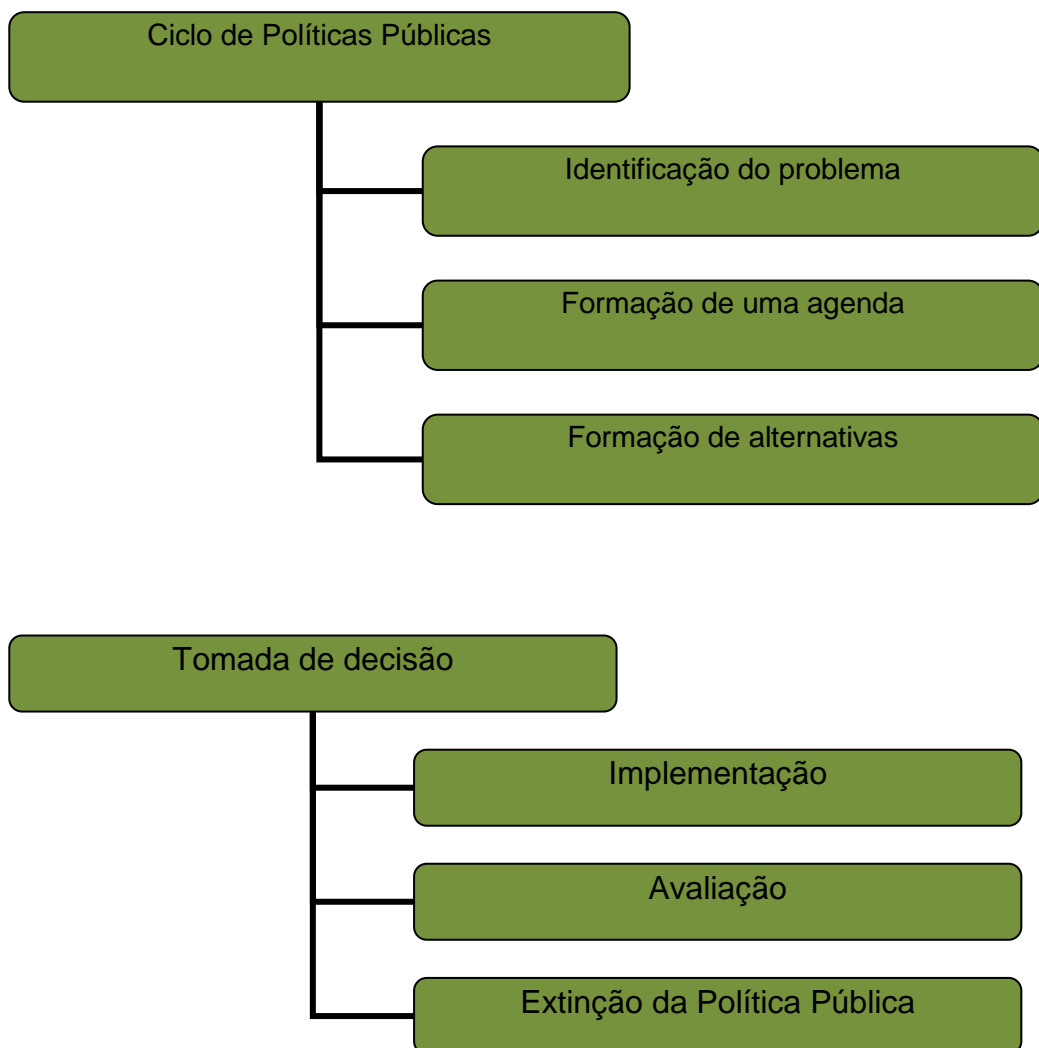
Em junho de 2013, os brasileiros acompanharam mais uma vez uma onda de manifestações em várias partes do país. Novamente, os jovens foram protagonistas, desta vez motivados pela insatisfação com o transporte público, a saúde e a educação. De acordo com especialistas, os protestos atuais foram inspirados nas manifestações do passado. “O espírito é o mesmo. Nos dois períodos você tem jovens pedindo melhorias na educação e em outros setores. Mas, de modo geral, eles tem como objetivo fundamental um retorno para a democracia”, afirma a cientista política. Conforme Stein:

Se no passado o governo reagiu com prisões às manifestações estudantis (Como exemplo, cinco estudantes foram detidos por distribuir panfletos na Passeata dos Cem mil), a tecnologia impede que abusos sejam repetidos. Durante a ditadura, você não tem a internet e não tem o celular para gravar tudo. Naquela época, se

alguém ficava preso, pode ser que ninguém saberia. Agora, as pessoas que vão para as ruas têm um pouco mais de proteção. Não quer dizer que não haja repressão, mas tem uma reação imediata porque as pessoas logo postam no Facebook e todo mundo já sabe o que está acontecendo. (STEIN, 2014).

O jovem de hoje tem a mesma dimensão de luta da juventude antes representada, buscam a garantia de direitos, os mobilizam na perspectiva de afirmarem que a ideologia ainda vive entre eles. Assim, a contemporaneidade os jovens devem ser visto como sujeitos ativos participante de todas as etapas das políticas públicas.

As políticas públicas são definidas por ciclos a partir dos estudos de Leonardo Secchi (2012), montamos o seguinte (**Organograma 1 e 2**):



Identificar um problema público não é uma tarefa difícil, isso porque envolve fatos que cotidianamente afetam a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, tais

como catástrofes, mobilidade, violência. Assim, toda situação pública que afeta a vida das pessoas deve ser percebido como um problema.

Depois de o problema público ser identificado, passamos para etapa da formação da agenda, nessa fase, o problema recebe status de “problema público”, o problema uma vez recebendo o status de público, deve o Estado enfrentá-lo com ações e políticas públicas direcionadas para a solução do mesmo. Ocorre que como vimos os problemas das juventudes só recebem o status de problema público, a partir da pressão dos/as jovens organizados/as em diversos movimentos.

Reconhecido problema como público, passa-se a etapa da formulação de alternativas, é nessa fase que são formuladas políticas públicas, com objetivos, marco jurídico, administrativo e financeiro. Para que as políticas públicas possam alcançar seus objetivos, é necessária que. A) Seja formulada a partir de um diagnóstico (levantamento, análise, informação sobre o problema) e B) Seja formulada reconhecendo seus/suas protagonistas, no caso, seja realizada em diálogo com as juventudes.

Sechi destaca que: “O estabelecimento de objetivos é importante para nortear a construção de alternativas e as posteriores fases de tomada de decisão, implementação e avaliação da eficácia das políticas públicas” (SECCHI, 2012, p.37).

Assim, passamos a etapa da tomada de decisão, consideramos que a tomada de decisão deve ser realizada guiada pelo estudo do problema e das alternativas para enfrentá-lo.

Tomada a decisão por parte do Estado de enfrentar o problema considerado público e para o qual se formulou em diálogo com a população alvo das políticas públicas, passasse a etapa da implementação que nada mais é que transformar intenções políticas em ações concretas, isso é que chegue até a vida das pessoas.

Após a implementação é fundamental que seja realizada a avaliação dos efeitos e em que medida as metas foram atingidas (ou não). Achamos importante que avaliação das políticas de juventude aconteçam de forma sistemática ao longo de sua implementação, nesse caso, chamaremos assim como Sechi (2012) de monitoramento, o monitoramento apontará para:

- a) continuação da política pública da forma como está;
- b) modificação quando é possível modificá-la apara atingir melhor seus objetivos; ou

- c) extinção da política pública quando o problema público foi resolvido ou quando a implementação é ineficaz ou inútil para superar o problema.

Um instrumento importante para esse monitoramento são os conselhos de juventude. Por fim, se for o caso, passasse por última etapa da política pública, a extinção, Secchi, observa que “usando como metáfora o ciclo de vida dos organismos, o ciclo de políticas públicas também tem um fim” (SECCHI, 2012, p.53).

As políticas públicas de juventude no Brasil são pensadas da União para os territórios onde vivem os jovens, Estados e Municípios, ou seja, é a partir da implementação de políticas pelo Governo Federal que estados e municípios passam a desenvolver ações para garantia dos direitos dos jovens. No plano federal foi criada em 2002, uma Assessoria Especial para Assuntos de juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação. (ABRAMO, 2007, p.74).

Em 1º de fevereiro de 2005, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), a Secretaria Nacional de Juventude e o PROJOVEM. (BRASÍLIA, 2005) O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) iniciou suas atividades em 02 de agosto do mesmo ano, em Brasília. O Conjuve é o órgão que exerce o controle social das políticas públicas que devem assegurar aos jovens a garantia de direitos já previstos pela Constituição Federal de 1988, tem, portanto, papel estratégico na fase de monitoramento das políticas públicas de juventude.

Até ser constituída a política nacional de juventude em 2006, diversas ações foram protagonizadas pelos jovens, que hora dialogavam com o Governo, hora exerciam a pressão social, compreendemos ser de grande importância fazer uma retrospectiva histórica dos acontecimentos recentes (AGENDA PÚBLICA, 2014):

- Em 2003 foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude e em 23 a 26 de setembro de 2003 foi realizada a Semana Nacional da Juventude na Câmara dos Deputados;
- Entre 2003 e 2004 foi executado o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania que organizou um processo de diálogo amplo sobre juventude e políticas públicas. Posteriormente, o coordenador do

Projeto Juventude Paulo Vannuchi, tornou-se ministro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o que sem dúvida colabora com a discussão das Políticas Públicas de Juventude internamente no Governo Federal;

- Em março de 2004 foi instalado o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e composto por 19 ministérios. O grupo trabalhou durante dois meses e, em seu relatório final, recomendou a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).
- Em junho de 2004, ocorreu a Conferência Nacional de Juventude, organizada pela Comissão Especial de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados. Como veremos mais adiante, Caruaru não realizou a etapa municipal da Conferência.
- Em novembro de 2004, foi realizada a apresentação do Relatório Final da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. A Comissão recomendou a apresentação de projetos de lei criando o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude, bem como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) caracterizando o jovem na Carta Magna.
- Em 25 de novembro de 2004, a Comissão apresentou o PL 4529, que viria a se tornar, em 2013, a Lei nº 12.852, que institui o Estatuto da Juventude;
- Em fevereiro de 2005, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva envia ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 238, criando a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude.
- Em junho de 2005, através da MP nº 238 é criado o Projovem.
- Em 2007, a MP nº 238 é convertida na Lei nº 11.129/2007 e acontece a primeira atualização da Política Nacional de Juventude. Seis programas de diferentes ministérios, incluindo o PNPE (Programa Nacional do Primeiro Emprego), passam a integrar o Projovem (que se chama, a partir de então, de Projovem Integrado e é constituído de

quatro modalidades: Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, Projovem Adolescente e Projovem Saberes da Terra) 2008 (27 a 30 de abril) É realizada a 1ª Conferência Nacional de Juventude, organizada pelo Governo Federal;

- Em julho de 2010, é aprovada a Emenda Constitucional nº 65, que insere o termo “jovem” na Constituição;
- Em 2011, o Projovem deixa de ser executado na Secretaria Nacional de Juventude e passa para o Ministério da Educação. O Projovem Integrado é descontinuado;
- Em dezembro e 2011, é realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude em Brasília;
- Em 2013, o Estatuto da Juventude é aprovado pelo Congresso Nacional e em agosto é sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

O percurso de luta da juventude realizado no âmbito nacional influenciou jovens e governos no âmbito estadual e municipal também iniciassem diálogo com foco na agenda política da juventude. Assim o Governo do Estado de Pernambuco no que tange a PPJ, alinhou-se com a Política Nacional de Juventude desenvolvida pelo Governo Federal e assegurou financiamento dos diversos programas em Pernambuco: PRONAF Jovem, Jovem Terra, PROUNI, Consórcio Primeiro Emprego, PROJOVEM, Ponto de Cultura, Segundo Tempo e outros.

Em Pernambuco, um dos espaços importante criados para diálogo entre as Juventudes, foi a “Roda Aberta Permanente de Diálogos sobre Juventude e Políticas Públicas”. Criada em 2003, as rodas de diálogos congregou os mais variados segmentos de juventude e teve participação intensa nos acontecimentos em âmbito nacional que passaram a surgir com o Governo Lula. (LIMA; SILVA, 2006).

Em 2008 a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprova através da Lei 13.608, o Plano Estadual de Juventude, denominado "Pacto pela Juventude Pernambucana", tem por objetivo orientar as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade, voltadas aos jovens pernambucanos com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

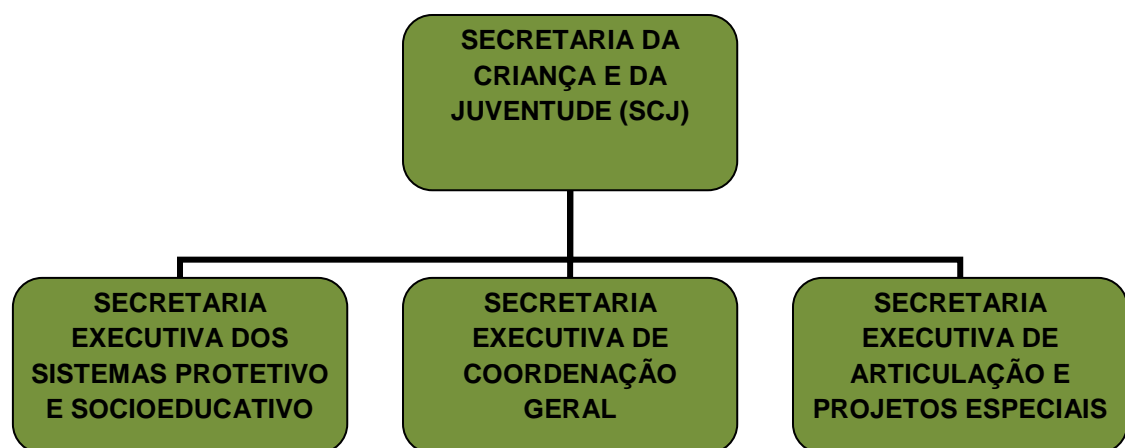
De acordo com o § 2º do Artigo 1º da Lei, “O Plano Estadual de Juventude terá a duração de 10 (dez) anos.” Ou seja, deve vigorar até 31 de outubro de 2018.

O Plano ainda previa um Comitê Gestor do Plano Estadual de Juventude que deveria ser composto por representante do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco; representante da Assembléia Legislativa, representante do Ministério Público Estadual; representantes do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude; representante do Poder Judiciário; representantes da Secretaria Especial de Juventude e Emprego.

Ocorre que já na reeleição do Governador Eduardo Campos vai vivenciar em Pernambuco uma estagnação nas Políticas Públicas de Juventude no Estado o que vai contribuir para a baixa efetividade do Plano Estadual de Juventude.

Em janeiro de 2011, Eduardo Campos transforma a Secretaria Especial de Juventude e Emprego em Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ).

Organograma 3. A nova estrutura conta com 3 Secretarias Executivas⁴.



Observe-se que nenhuma das Secretarias Executivas tem como foco o fortalecimento das casas das juventudes.

De acordo com Spósito e Carrano (2007), no Brasil nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. A preocupação de formulação de políticas governamentais para os jovens surgiu recentemente e de forma lenta, sendo inicialmente formulada por algumas prefeituras e governos estaduais, envolvendo programas de formação profissional e serviços especiais de saúde, cultura e lazer.

⁴ As atribuições de cada Secretaria executiva podem ser conferidas no seguinte endereço: <http://www.lai.pe.gov.br/web/scj/institucional>.

De acordo com o Portal Brasil:

Na área da educação diversas políticas públicas vêm revolucionando o acesso aos ensinos superior e técnico e também ao emprego: Criado em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) já recebeu investimento de R\$ 14 bilhões e, em fevereiro deste ano, ultrapassou 5,8 milhões de matrículas em todo o País. As operações de crédito com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por meio do Banco do Brasil e da Caixa, já promoveram a assinatura de 760 mil contratos, com um investimento total aproximado de R\$ 25 bilhões até o final de 2012. Em 2014, 400 mil bolsas do ProUni já foram ofertadas e 2,4 milhões de candidatos se inscreveram para o Sisu. (PORTAL BRASIL, 2014)

O crescimento ocorrido através da implementação dos direitos educacionais e empregos têm promovido as juventudes a ascenderem no país, bem como possibilitar seu desenvolvimento na sociedade.

Para Abramo, Spósito e Carrano (2007), autores que debatem a questão da juventude, a maioria dos programas está centrada na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam o jovem. No fundo, tomando os como problemas necessários a intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

CAPÍTULO 2. O PROGRAMA PROJOVEM E A GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem): Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem é inovador em vários aspectos. Faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. (BRASÍLIA, 2008).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, e é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. O Projovem e suas modalidades são destinados aos jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. Teoricamente tem possibilidade para assegurar direitos a educação, profissionalização e cidadania.

A regulamentação foi através do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008 e por disposições complementares dos órgãos responsáveis pela sua coordenação. A Resolução nº 11, de 16 de abril de 2014 implementou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo - Saberes da Terra nos estados, no Distrito Federal e em municípios.

O Projovem se apresenta com as seguintes modalidades:

- **I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo:** destina-se aos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF. Egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; ou egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

- **II - Projovem Urbano:** tem como objetivo elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Atenderá a jovem com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental.
- **III - Projovem Campo – Saberes da Terra:** tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, na forma do art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância, nos termos do regulamento. Atenderá a jovem com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
- **IV - Projovem Trabalhador:** tem como objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção. atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo, nos termos do regulamento.

O Projovem traz bastantes contribuições para a juventude, porém nossa pesquisa se detém em debruçar sobre o Projovem Urbano está sob responsabilidade do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Desse modo o Programa passa a integrar a política educacional, sendo desenvolvido no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em articulação com as políticas públicas de juventude. (BRASIL, 2012).

Implantado em julho de 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na capital pernambucana, Recife, fez parte de uma das quatro capitais brasileiras que participaram do projeto piloto do Programa. Em Recife, no ano de 2005 se matricularam 22.900 (vinte e dois mil e novecentos), no período de 2005 a julho de 2008, 8.681 jovens, através do Programa, concluíram o ensino fundamental e qualificação profissional inicial. (FILHO, 2015)

A formação tem duração de 350 horas, divididas entre a qualificação social e profissional. Os jovens ainda têm como bolsa auxílio de seis parcelas de R\$ 100 reais, desde que obtenham a frequência mínima no período. (BRASÍLIA, 2008)

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei Federal nº 11.692, de 2008, é o resultado da Política Pública para a Juventude (PPJ) criada pelo Governo Lula da Silva e estendido pelo Governo da então Presidente da República Dilma Rousseff.

No processo de conveniamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, o DECRETO Nº 6.629, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências, no seu Art. 5º prescreve que, a gestão e a execução do Projovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços entre a Secretaria Geral da Presidência da República e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersectorialidade e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal. No parágrafo único do artigo, estabelece-se que no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal, a gestão e a execução do Projovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços entre os órgãos públicos das áreas de educação, de trabalho, de assistência social e de juventude observados a intersectorialidade, sem prejuízo de outros órgãos e entidades da administração pública estadual, municipal e da sociedade civil. (BRASÍLIA, 2008).

A partir de 2008, houve alterações no ProJovem Urbano, o tempo do curso aumentou para um ano e meio e a faixa etária se estendeu de 18 até 29 anos. Jovens que saibam ler e escrever e não concluíram a 8ª série (ensino fundamental) podiam participar do Projovem. Os cursos foram realizados, sobretudo, no período noturno, sob a responsabilidade de professores selecionados e preparados para atuar no Programa. (FILHO, 2015).

Além da idade, para ingressar no Programa os jovens devem, se encontrar em situação de desemprego, ser membro de famílias com renda mensal per capita de até 01 salário mínimo nacional. Isso porque o governo considera que em virtude de situação sócio-econômica, tais jovens possuem maior dificuldade de inserção frente ao mundo do trabalho, os/as jovens devem ainda estar cursando ou terem concluído o Ensino Fundamental.

A proposta do Governo Federal foi realizar a gestão compartilhada do Programa em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude.

A gestão compartilhada do ProJovem desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, contava com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (BRASÍLIA, 2006)

Para garantir suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros. O Programa é executado em parceria com as prefeituras dos municípios que se associam ao Governo Federal. (BRASÍLIA, 2006)

Podem integrar-se ao Programa outros participantes locais como governos estaduais, CEFETs, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas. (BRASÍLIA, 2006).

Para a ex-Secretária Nacional da Juventude, Severine Macedo, a gestão compartilhada é:

[...] ProJovem é inovador em vários aspectos: faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude; a proposta de gestão compartilhada, em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude; o projeto pedagógico integrado apóia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social; a implementação é alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do ProJovem Urbano. (BRASÍLIA, 2008)

Podemos assim considerar que o Projovem tem gestão compartilhada uma vez que, suas ações são em parceria com os sistemas públicos de ensino dos estados,

do Distrito Federal e diretamente com municípios com mais de cem mil habitantes, como é o caso de Caruaru que tem 351.686 habitantes.

Ao analisar gestão compartilhada Nolêto, destaca a corresponsabilidade entre as instituições envolvidas:

O programa constitui uma política educacional que garante às escolas a autonomia sobre sua gestão pedagógica, administrativa e financeira. No entanto, a escola passa a ser vista como espaço de construção social, na medida em que se passa a gerir recursos financeiros decidindo sobre a prioridade da escola, valorizando e corresponsabilizando aos gestores, demais profissionais e comunidade local. (NOLÊTO, 2009).

Observa-se que o projeto pedagógico integrado do programa Projovem Urbano apóia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social. (BRASÍLIA, 2008).

Observa-se que o programa também prever que sua implementação fosse alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do ProJovem Urbano.

Em termos de gestão de políticas públicas, a criação do SMA (Sistema de Monitoramento e Avaliação), foi uma contribuição expressiva da experiência original do Projovem, e foi posteriormente aproveitado na estruturação do Projovem Urbano. Ele responsabiliza-se pelo contínuo aperfeiçoamento do programa e por seu funcionamento regular, permitindo acompanhar e avaliar a qualidade do curso interna e externamente. O SMA é executado mediante Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria Geral da Presidência da República com nove Universidades Federais, que atuam de forma regionalizada. (BRASÍLIA, 2008).

O Sistema possui como instância decisória o Conselho Técnico, presidido pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano, e com a participação dos coordenadores regionais do sistema nas Universidades Federais que o compõem. Entre as dimensões de interesse do SMA podem ser destacadas: a) supervisão das condições de oferta do Programa; b) avaliação externa de alunos; c) monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas; d) avaliação do programa. No que tange especificamente à avaliação, os estudos e levantamentos

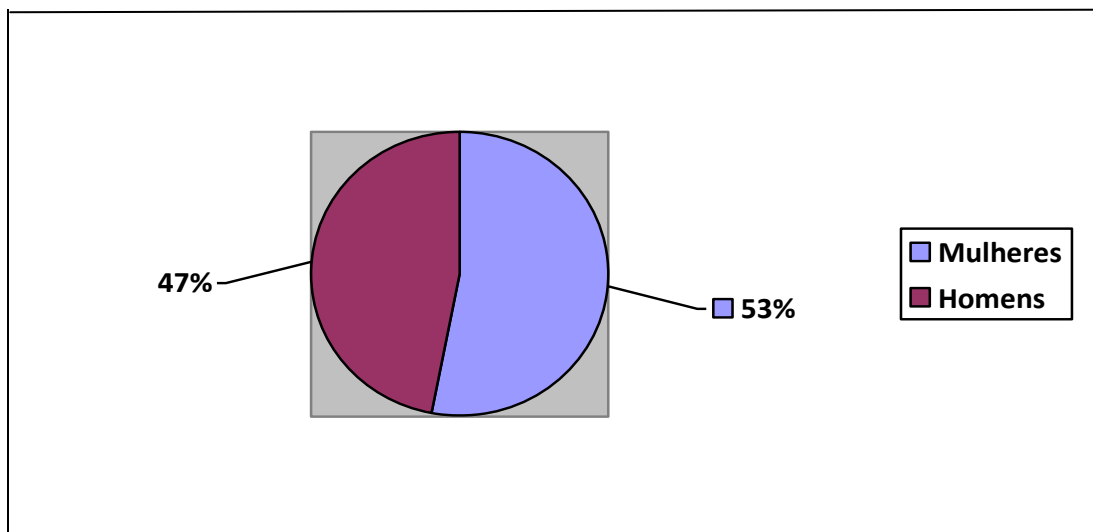
ficam a cargo de um Subsistema de Avaliação, que visa avaliar a implementação e a efetividade do Projovem Urbano. (BRASÍLLIA, 2010).

Assim, convém observar que segundo o relatório do Sistema de Monitoramento e Avaliação, o perfil dos jovens atendidos no curso é coerente com o observado no público potencial, o que indica a eficácia do Programa. (BRASÍLLIA, 2008).

Essa conclusão leva em conta as características gerais desse público e as da população atendida, bem como as especificidades de cada segmento tomado como parâmetro para o estudo da efetividade do Programa.

Observamos do gráfico abaixo que a maioria dos/as jovens atendidos/as pelo Programa são mulheres:

Gráfico 1. Percentual de mulheres e homens atendidos no Projovem.



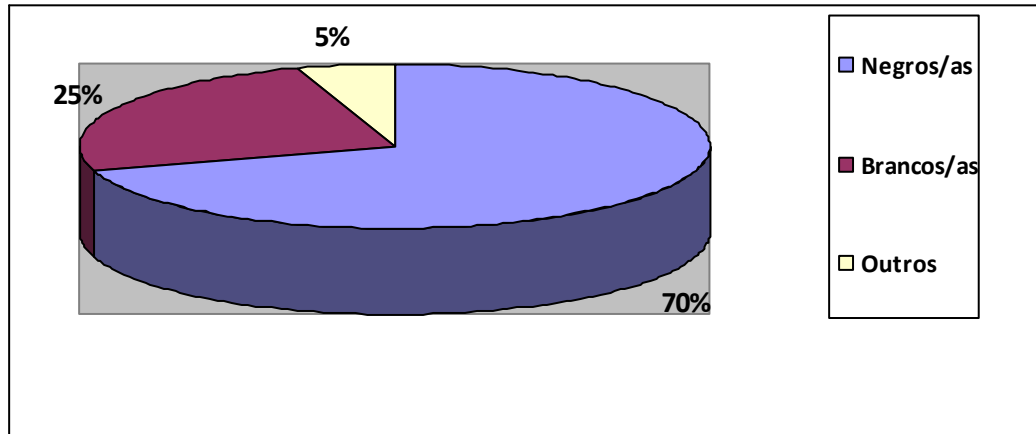
Fonte: Autoria Própria.

Como veremos no próximo capítulo a garantia de salas de recreação para que os/as filhos/as de quem participa do Projovem é estratégia fundamental para garantia do direito das mulheres permanecerem no programa uma vez que sendo elas ainda as responsáveis pelas crianças, sem tal medida, não seria possível elas acessarem o programa.

Observou-se que no tocante a situação familiar, 77,5% são solteiros e apenas 22,5% são casados e 73% são chefes de família, destacando-se que mais da metade tem filhos\as (53%) o fator que corroborou para a evasão escolar. Observou-

se ainda que entre os/as jovens na faixa de idade, a metade deles tem entre 21 e 22 anos de idade, desses, 70,8% declararam-se pardos ou negros. (BRASÍLIA, 2008).

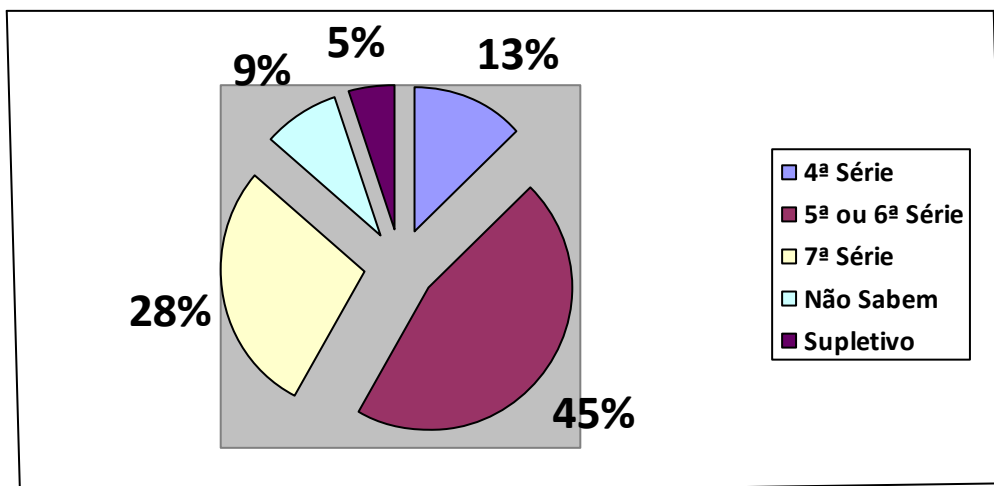
Gráfico 2. Percentual referente à raça: negros, brancos e outros.



Fonte: Autoria Própria.

No tocante a escolaridade, observamos que de acordo com os dados do Relatório Nacional apenas metade haviam concluído a 5ª ou 6ª conforme gráfico abaixo produzido a partir dos dados do Relatório Nacional:

Gráfico 3. Percentual referenciando as séries escolares.



Fonte: Autoria Própria.

Frente a essa realidade o Projovem Urbano e o Projovem Campo - Saberes da Terra apresenta potencialidade para garantia dos direitos das juventudes, uma

vez que tem como foco jovem na faixa etária de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados não completaram o ensino fundamental.

No tocante a trajetória no mundo do trabalho, observou-se que mais da metade (53%) começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade, dado preocupante uma vez que essa é uma fase de transição e o foco deveria ser o processo educacional, percebendo aqui o peso do sistema capitalista.

Organizações internacionais a exemplo da UNICEF considera que:

[...] o trabalho infantil adquire características de exploração quando envolve: atividade em período integral, quando a criança ainda é muito jovem; muitas horas de atividade; atividade que provoque excessivo estresse físico, emocional ou psicológico; atividade e vida nas ruas em más condições; remuneração inadequada; responsabilidade excessiva; atividade que impeça o acesso à educação; atividade que comprometa a dignidade e a auto-estima da criança, como escravidão ou trabalho servil e exploração sexual; atividade prejudicial ao pleno desenvolvimento psicológico. (UNICEF, 1997).

O trabalho infanto-juvenil sempre esteve presente na história da humanidade assumindo a forma de mercadoria na sociedade capitalista. Considera-se o trabalho infanto-juvenil aquele concebido por pessoas entre 12 e 17 anos.

A utilização do trabalho infanto-juvenil no processo produtivo tem a sua razão de ser nas relações sociais capitalistas e na relação que se estabelece com o novo modo de produzir. Essa transformação do processo produtivo implica também mudanças na forma de contratação da força de trabalho e na aceitação social do trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, ocorre um processo de precarização do trabalho em geral, bem como uma mudança de concepção de homem, sociedade e educação. Conforme Marx:

[...] Ela revoluciona radicalmente o contrato entre o trabalhador e o capitalista, contrato que estabelece formalmente suas relações mútuas. Tomando por base a troca de mercadorias, pressupuséramos, de início, que o capitalista e o trabalhador se confrontam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um o detentor do dinheiro e dos meios de produção e o outro o detentor da força de trabalho, mas agora o capital compra incapazes ou parcialmente capazes, do ponto de vista jurídico. Antes vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos. (MARX, 1980, p.451)

Considerando que o objetivo do Projovem urbano é proporcionar a formação integral aos jovens, na modalidade de educação de jovens e adultos, associando: a) Formação Básica, para a elevação da escolaridade e conclusão do ensino fundamental; b) a Qualificação Profissional Inicial e c) a Participação Cidadã como forma de promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nesse contexto o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), contribuiu na formação profissional de jovens com baixa renda de acordo com a contextualização do mercado de trabalho, onde se faz competitiva para permitir a inserção socioeconômica desta parcela da população, tendo potencialidade para promover a autonomia econômica dos jovens a partir da sua maior escolarização.

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DE JUVENTUDE EM CARUARU E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJEM EM CARUARU

Importante considerar que em Caruaru, segundo dados do IBGE, em 2010 havia 46.425 jovens (BRASIL, 2010). Apesar do número considerável de jovens, em Caruaru a juventude de Caruaru sempre enfrentou a omissão do Poder Público em relação à escuta de suas demandas, diálogo e implementação de políticas públicas.

Como vimos em 2004 ocorreu a Conferencia Nacional de Juventude, no entanto, em Caruaru o Governo Municipal não realizou a etapa municipal, tendo os jovens dos movimentos sociais, realizado sem o apoio e o diálogo do Governo Municipal uma Conferencia Livre no Colégio Mario Sete. (PERNAMBUCO, 2005).

A partir de 1º de Janeiro de 2009, foi criada a Gerencia de Juventude, que compõe a estrutura da Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia. É dentro da estrutura da Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia que passa a funcionar a Gerência de Juventude e a Gerência de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Projovem.

Em fevereiro de 2010, a Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Caruaru-PE, assinaram o Termo de Adesão ao PROJOVEM Trabalhador junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Foram ofertadas, inicialmente, 700 (setecentas) vagas, distribuídas em seis arcos ocupacionais de acordo com a demanda do mercado de trabalho da cidade. Após a realização de um levantamento acerca das necessidades do mercado de trabalho local, os arcos ocupacionais escolhidos foram: Telemarkent (informática), administração, alimentação, construção, reparos e vestuário. (SILVA; SANTOS, 2015).

Em 2011, Caruaru empossa em 07 de julho de 2011, o Conselho Municipal de Juventude. Segundo a então Diretora de Juventude, Michelly Pereira, a participação dos jovens de diversos segmentos é importante para o fortalecimento da pauta: “Fazemos questão da participação de diversos segmentos e de correntes de pensamentos diferentes. Temos a plena consciência da necessidade da construção de um plano municipal de políticas públicas de juventude construída de uma forma plural e participativa. É um fato inédito e de grande conquista para Caruaru”.

(EXTRA, 2011). Destaque-se que embora consideremos o conselho como uma ferramenta estratégica para o monitoramento da política de juventude não identificamos arcabouço jurídico para o conselho nesse período.

Na ocasião o Conselho teve a seguinte composição (**Quadro 1, 2 e 3**):

GOVERNO:

a) Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia;	Titular: Michelly Fernanda Pereira da Silva
	Suplente: Edmilson Augusto Filho
b) Secretaria de Saúde;	Titular: Rogéria Suely Moura Vieira
	Suplente: Kamila Fernanda de Melo Machado
c) Secretaria Infra-Estrutura e Políticas Ambientais;	Titular: Bruno Marcelo França
	Suplente: Maria de Fátima dos Santos Silva
d) Secretaria de Desenvolvimento Econômico;	Titular: Ismael de Lima Araújo
	Suplente: Débora Cristina da Silva Lima
e) Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais;	Titular: Alexandre Soares da Silva
	Suplente: Izabella da Silva Ramos
f) Secretaria de Planejamento e Gestão;	Titular: Maria do Socorro Alves de Sobral
	Suplente: Laís Lima Felix
g) Secretaria de Comunicação Social;	Titular: Mylena Valença
	Suplente: Luciana Bezerra
h) Fundação de Cultura e Turismo;	Titular: Samuel Mussel Man Chaves
	Suplente: Rosangela Araújo Amorim
i) Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes – DESTRA;	Titular: Lindomar Rodrigues de Araújo
	Suplente: Evandro Alves Feitosa

j) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.	Titular: Amanda Samara do Nascimento Costa
	Suplente: Rivalda Anália dos Santos

SOCIEDADE CIVIL:

a) Movimentos Estudantis;	UEP- Braulio Henrique Avelino Silva
	Grêmio do Nicanor Solto Maior – Marcos Souza de Amorim
b) Movimentos Religiosos;	Clube dos Desbravadores Filhos de Israel– Lenivaldo Barbosa da Silva
	Pastoral da Juventude – Anderson Antonio dos Santos
c) Movimentos Artísticos e/ou Culturais;	Teatro Experimental de Artes – Arary Marrocos Bezerra Pascoal
	Associação de Hip-Hop do Agreste – Clodoaldo José da Silva
d) Movimentos de Esporte e Lazer;	Escolinha de Skate Astúcia – José Alberes Deodato
	Núcleo de Apoio e Resistência Cultural Afro-Brasileira – Jefferson Amorim dos Santos
e) Juventude Movimentos de Sociais;	União da Juventude Socialista- Thaissa Amanda Ferreira Sales
	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – Joselito Antonio da Silva
f) Terceiro Setor de Juventude;	Rosa de Saron – Jane Sueli Silva
	ACIC Jovem – Manuela Ferreira de Melo
g) Movimentos LGBT;	Grupo de Resistência Gay de Caruaru- Erisson Ferreira de Vasconcelos
	Comissão de Organização da Parada da Diversidade- Cleiton Feitosa Pereira
h) Movimentos de Jovens com Deficiência;	Associação Caruaruense de Cegos – Marcos Gevásio Meneses
	Associação dos Portadores de Deficiência de

	Caruaru- Otavio Cicero Belo Pinto
i) Juventude de Partidos Políticos;	PSDB- Raffiê Dellon Jordão Barbosa
	PC do B – Lourinaldo José de Araújo
j) Movimentos de Jovens do Campo.	Associação de Artesãos e Moradores do Alto do Moura – Rafael José da Silva
	MST- Paulo Augusto Matias da Silva

Poder Legislativo:

a) Poder Legislativo	Titular: Licius Silva Cavalcanti
	Suplente: Edmilson José de Carvalho

Observa-se na composição do conselho a presença de seguimentos diversos a exemplo de representantes do campo e de associação de bairros, partidos de esquerda e direita, deficientes, LGBTs, Hip Hop e Movimento Estudantil, mas, chama à atenção a presença de pessoas que estão fora da faixa etária da juventude a exemplo de Arary Marrocos Bezerra Pascoal e Licius Silva Cavalcanti. Visto que integrante do conselho seu jovens é bastante simbólico para o protagonismo político desses seguimentos.

Ainda em 2011, Caruaru vai realizar através da diretoria de juventude da Secretaria de Educação de Caruaru vai realizar a 1ª Conferência municipal de políticas públicas de juventude, convocada pelo Poder Público. (LIBERDADE, 2011).

Alinhando-se as discussões do Governo Federal, a Conferencia Municipal reuni a Juventude para discutir o tema “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos” sob o lema: “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil”. A Conferência aconteceu no Dia do Estudante, na Escola Municipal Professor José Florêncio (Machadinho). (LIBERDADE, 2011).

Em 2012 através do Projeto de Resolução Nº 635/2012, aprovado na Câmara Municipal de Vereadores é instituído o Parlamento Jovem em Caruaru. O que chama atenção, é que da pesquisa realizada desse fato histórico para o empoderamento da

juventude Caruaru, localizamos a ausência na composição do Parlamento⁵ de um instrumento fundamental para as políticas de juventude, o Conselho Municipal de Juventude, vejamos trechos da matéria jornalística:

[...] único movimento que não houve inscritos foi à vaga do Conselho Municipal de Juventude, grupo que foi criado pela Prefeitura no início de 2011 e ainda não elegeu sua Diretoria, ficando de competência da pasta de Juventude do Executivo a convocação dos conselheiros para a eleição da escolha do representante no PJC, o que também não ocorreu.

Fato que demonstra certa desmobilização do Conselho de Juventude.

Na ocasião, compuseram o Parlamento Jovem os seguintes movimentos/seguimentos:

- 1 – Movimento Estudantil Superior Público: UFPE (Universidade Federal de Pernambuco);
- 2 – Movimento Estudantil Superior Privado: FAFICA (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru);
- 3 – Movimento Estudantil Secundarista: UESC (União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru);
- 4 – Movimento LGBT: ArtGay Caruaru;
- 5 – Movimento de Pessoas com Deficiência Física: APODEC (Associação dos Portadores de Deficiência Física de Caruaru);
- 6 – CDL Jovem;
- 7 – ACIC Jovem;
- 8 – Sindloja Jovem;
- 9 – Base do Governo Municipal: PDT (Partido Democrático Trabalhista);
- 10 – Base do Governo Municipal: PSC (Partido Social Cristão);
- 11 – Base do Governo Municipal: PTN (Partido Trabalhista Nacional);
- 12 – Frente de Oposição: DEM (Democratas);

⁵ O Parlamento Jovem foi criado e só teve uma única edição 2012/2013. “Criado por meio do Projeto de Resolução nº645/2012, o Parlamento Jovem cumpre um papel importantíssimo no incentivo a participação da juventude na política e contribui sobre tudo para o protagonismo da juventude nas mais diversas pautas de interesse da própria juventude e nas pautas de interesse da sociedade como num todo, e sendo assim, precisa ser reativado” afirma na carta o representante da JPMDB em Caruaru e que foi parlamentar jovem, Jefferson Paz. Disponível em: <http://blogdomarioflavio.com.br/vs2/2016/03/11/jpmdb-de-caruaru-solicita-a-volta-do-parlamento-jovem/>.

- 13 – Frente de Oposição: PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira);
- 14 – Frente de Oposição: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro);
- 15 – Representante do Conselho Municipal de Juventude (Vago).

Chama-nos atenção é que na pesquisa sobre a implementação do Conselho de Juventude de Caruaru vai nos apontar em 2014, o Decreto Nº 27 de 10 de março, institui o Conselho, o Decreto do Prefeito José Queiroz, não faz menção a revogação de nenhuma outra norma criadora do Conselho de modo que a nos leva conclusão que o conselho empossado em 2011, carecia de amparo legal, embora possa ter sido um importante espaço de participação política.

O (CMJ) de Caruaru, através do Decreto Nº 27/2014 no artigo 2º, estabelece que o Conselho Municipal de Promoção de Políticas Públicas de, para e com a Juventude (CMJ) é um órgão de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador das políticas públicas de juventude no município. (SANTOS, 2015)

Os membros do conselho que representaram o Governo na época foram indicados pelo chefe do poder executivo local e representaram as seguintes secretarias: Participação Social; Ação Social; Educação; Saúde; Administração e Secretaria da Mulher e Direitos Humanos. Quanto à sociedade civil, foi eleita em processo eleitoral, convocada exclusivamente para este fim, com no mínimo dois meses de antecedência, em que foram votar todos os eleitores com domicílio eleitoral na cidade de Caruru/PE, com idade de 15 a 29 anos. O decreto estabelece que os representantes da sociedade civil no CMJ sejam eleitos de forma direta pela juventude da cidade. E que a eleição deve ser organizada pelos organismos responsáveis pelas políticas de juventude e participação social no município. O custo da organização do processo eleitoral esteja sobre a responsabilidade do poder público municipal. (SANTOS, 2015)

Em 2015, foi realizada a III Conferencia de Juventude. Segundo informações do site oficial da Prefeitura de Caruaru, o “[...] foco estreitar e fortalecer a relação entre o poder público e a sociedade através de debates sobre políticas públicas de juventude nos âmbitos municipal, estadual e nacional”. (CARUARU, 2015).

O que se observa da pesquisa realizada a partir de fontes jornalísticas (oficiais ou da imprensa local) é que as discussões das conferencias focam em

questões nacionais que embora sejam fundamentais, não devem invisibilizar problemas locais específicos de responsabilidade do Governo Municipal.

O município de Caruaru conta com duas Casas das Juventudes, a primeira foi inaugurada pelo ex-governador Eduardo Campos, no Assentamento Normandia, no Segundo Distrito de Caruaru (sentido Fazenda Nova, BR-104), zona rural do município. O público da Casa das Juventudes é Jovem do Assentamento Normandia, além das Vilas de Contendas e Rafael, abrangendo diretamente aproximadamente 1.000 jovens, além de jovens assentados de outros municípios que utilizam periodicamente o Centro de Formação Paulo Freire, na qual a casa está instalada. (PERNAMBUCO, 2012).

O segundo equipamento da Casa das juventudes em Caruaru está localizado na Rua Maria Celestina de Queiros, 109, no bairro São Francisco, representa o fortalecimento das políticas públicas voltadas à juventude urbana, no espaço são realizadas atividades de formação cultural e profissional. (PREFEITURA DE CARUARU, 2013).

As Casas das Juventudes buscam envolver todas as juventudes, independente de raça, cor, sexo, gênero ou classe social com o objetivo de promover a construção de sua participação e autonomia, estas são ligadas ao programa da Secretaria Estadual da Criança e da Juventude, visando à criação de um ambiente de participação social, vivência democrática, além de proporcionar um ambiente de múltiplas experiências que possam atingir e contemplar os diversos coletivos juvenis em seus distintos referenciais culturais. (CARUARU, 2013).

Fora o Conselho que se encontra inativo, e as duas Casas das Juventude, a única política pública para a juventude que identificamos foi o Projovem.

Destaque-se que para obter informações sobre a política de juventude foram realizados vários contatos com a Gestão Pública. Em 04 de novembro de 2016, o Diretor de Juventude José Francisco Rodrigues Neto, nos orientou que realizássemos uma visita a Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia para obtenção de relatórios sobre as políticas públicas para a juventude no município de Caruaru, especificamente sobre o Projovem, visita realizada também no dia 04 de novembro, na ocasião a Coordenadora do Projovem Urbano, Adenilza Oliveira F.

Cunha informou que não poderia entregar relatório dos dados, mas informou que nos últimos 07 anos vem assistindo os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos

através do Programa Projovem Urbano desde 2009, informou que 2009 a 2016 cerca de 2.000 já foram certificados pelo Programa, nos cursos profissionalizantes de Alimentação, Administração e Saúde.

Cunha (2016) ainda destaca que os cursos têm contribuído bastante na vida da juventude caruaruense, colocando-o direta e indiretamente no mercado de trabalho formal e informal. O Projovem mantém parcerias com diversas empresas, assim, quando a equipe do Programa realiza visitas técnicas as empresas parceiras observa-se que ocorre contratações de jovens egressos do Projovem nos cursos de Saúde e Alimentação, destaca ainda que esses jovens empreendedores também sejam inseridos como autônomos no trabalho em lanchonetes e restaurantes.

No entanto, estes jovens em sua maioria estejam inseridos no mercado de trabalho através da informalidade, pois, em Caruaru a concentração dos jovens egressos do Projovem ainda é nesse setor. Cunha (2016) destaca ainda preocupação com o baixo nível de escolaridade e considera que esse é um fator que impede os jovens de ingressar no mercado de trabalho formal, pois, a exigência tem avançado bastante na cidade.

De acordo com a Coordenadora do Programa Projovem Urbano no município de Caruaru, Adenilza Olivera F. Cunha, as jovens mulheres são a maioria daqueles que conseguem concluir os cursos ofertados pelo programa, pois com a criação de espaços de acolhimento as crianças filhos dessas estudantes, possibilitaram sua inserção e permanência até a conclusão no curso.

Fato que tem sido bastante positivo na execução de políticas públicas para mulheres jovens no município de Caruaru. Há uma preocupação da gestora quanto aos homens na sua maioria desistem devido a sua inserção no mundo da criminalidade, pois acabam sendo apreendidos e/ou presos, assim haveria uma evasão do programa.

Segundo a coordenadora do Programa Projovem Urbano na Secretaria da Educação do município de Caruaru, os jovens inseridos no ProJovem, quando se aproxima a conclusão do curso são encaminhados para rede de ensino para cursarem na Educação de Jovens e Adultos médio (EJA), nas escolas estaduais. Assim, percebe-se a potencialidade do Projovem assegurar o retorno desses/as jovens à escola e assim, o direito social à educação pode ser garantida.

O Programa está funcionando na rede municipal, pois, o município atinge a meta de mais de 200 habitantes, sabendo que abaixo desse percentual o ProJovem

Urbano estaria sobre a responsabilidade do Estado, para tanto as escolas executoras do programa são: Escola Municipal Deputada Cristina Tavares, localizada no Bairro Sol Poente, Escola Municipal Duque de Caxias, localizada no Bairro Maurício de Nassau, Colégio Municipal Professora Laura Florêncio, no bairro Salgado, a Escola Municipal Joel Poentes, no bairro Santa Rosa, Escola Municipal Professor Leudo Valença, no bairro das Rendeira, bem como a Escola Municipal professora Margarida Miranda no bairro Jardim Boa Vista.

De acordo com Cunha (2016), a evasão escolar ocorre no período inicial dos estudos, pois os jovens chegam com a expectativa de obter a ajuda de custo com transporte ofertado pelo programa, no entanto ao se deparar com a realidade do atraso no repasse da verba, estes desistem, voltando para a realidade de vulnerabilidade.

Outro fator que contribui para evasão apontada por Cunha (2016) são as ofertas de trabalho informal no período junino, nos fabricos e facções de roupas.

Segundo a coordenação do programa no município de Caruaru até o momento a Secretaria não possui banco de dados de quantitativos dos jovens inseridos, bem como a organização de uma planilha com o perfil detalhado desse público atendido no Projovem, visto que, a equipe gestora é composta apenas por duas integrantes para acompanhar o programa e seis escolas.

Assim, com base nas informações coletadas, montou-se o seguinte (**Quadro 4**):

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITAS DA JUVENTUDE EM CARUARU	
Direitos	Atuação do Poder Público
Participação	Parlamento Jovem – Ocorreu apenas a I Edição Conferencia de Juventude (II) Conselho de Juventude – Inativo
Educação	Projovem – Execução Continuada
Emprego e Renda	Projovem – Execução Continuada

Saúde	Não foi localizada nenhuma ação
Casas das Juventudes	Ações apenas pontuais

Sabe-se que até o momento o projovem não sofreu interrupção em suas atividades, isso significa à continuidade da garantia das políticas públicas no município, podendo o programa ser uma das poucas pontes de enfoque para a cidadania das juventudes em suas diversas expressões, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que para a execução da pesquisa foi bastante difícil obter dados disponíveis sobre a política pública para a juventude no município de Caruaru, no entanto foi possível realizar uma pesquisa qualitativa da trajetória da juventude em Caruaru, tendo utilizado como fontes materiais da imprensa local.

No que toca as informações sobre o ProJovem, as únicas informações obtidas referente ao município de Caruaru ocorreu através da coordenação do Programa Projovem Urbano, a qual apresentou oralmente (declaração em anexo) sua experiência frente ao Programa de 2010 a 2015, pois, segundo esta, a Secretaria não possui um banco de dados com as informações necessárias para uma pesquisa quantitativa, pois, pela circunstância da equipe ser restrita em apenas duas pessoas para coordenar o ProJovem, o que nos aponta a necessidade de investir em recursos humanos para a melhor execução do Programa, permitindo que a gestão seja qualificada e o monitoramento através da sistematização e análise de dados seja permanente.

Entretanto, falar de políticas públicas de Juventude frente à dificuldade encontrada por ausência bibliográfica no município, em alguns momentos trouxe o sentimento de frustração junto a uma indignação de perceber que somos uma sociedade rica em conhecimento e pobre em desenvolvimento de pesquisa.

Referente às políticas públicas para a juventude no município de Caruaru foi possível identificar ações realizadas pelos órgãos públicos como a Secretaria da Educação, Casas das Juventudes em parceria com o Governo do Estado, Conselho de Juventude em diálogo com a Sociedade Civil, no tocante ao Conselho foi percebido que para a população jovem, independente de termos identificado marcos legais de instituição ou pleno funcionamento do Conselho, o engajamento no mesmo e a existência desse instrumento, é uma inovação e traz a perspectiva de melhorias no aspecto juventude, pois, se sabe que esse público necessita de aprofundamento e integração em seus objetivos de vida, portanto pensar em políticas públicas sem o diálogo direto com a população jovem é criar barreiras e não estimulá-los a construir sua própria trajetória.

Desenvolver mecanismos para empoderá-los a avançarem na efetivação de direitos é uma decorrência do trabalho contínuo dos espaços que se abrem no

decorrer desses últimos cinco (5) anos, 2010 a 2015, sendo necessário avançar em projetos e programas que permita aos jovens se aperceberem como detentora de força e rica em possibilidades para crescerem e desenvolverem uma sociedade mais justa e humanizada.

Através do Programa Projovem Urbano sobre a direção da Secretaria Municipal de Educação foram desenvolvidos cursos profissionalizantes nas áreas de alimentação e saúde, bem como nos cursos de informática, Marketing e língua estrangeira ofertada pela Casa das Juventudes Urbana e Rural, criando condições necessárias para que os/as jovens: A) retomem a escola; B) tenham possibilidade de elevar a escolaridade; C) ingressem no mundo do trabalho e obtenham autonomia econômica;

As contribuições dos/as autores/as que dialogam sobre políticas públicas, consideram importante no desenvolvimento e no entendimento do conceito, pois, para a maioria destes/as a população jovem tem si colocados na sociedade como atores/atrizes e protagonistas das mudanças sociais, pois, sua participação na história nas lutas e nos desafios enfrentados no país vem se modificando gradativamente. Pensa-se uma juventude participante das escolhas e da efetivação das políticas públicas nas três esferas Federal, Estadual e Municipal.

Percebendo ainda que a juventude a nível municipal venha buscando conquistar espaços públicos de diálogo no enfrentamento às questões próprias dos/as jovens, bem como nos espaços de diálogo, como nas conferências e nas rodas de diálogos dentro e fora do município.

Como forma de contribuição, destaque importante para Secretaria da Educação Municipal de Caruaru, a fim de melhorar a efetivação dos direitos a população jovem, que aumente o número de escolas inseridas no Programa Projovem Urbano, visto que no município essa demanda tem aumentado, porém os espaços escolares não condizem com sua população, bem como a inserção do Projovem nos espaços socioeducativos de regime fechado, pois se percebe que esse público jovem não está tendo garantidos seus direitos de cidadania através das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

50 ANOS DO GOLPE MILITAR RELEMBRAR A ATUAÇÃO DOS JOVENS NO PERÍODO. Disponível em: <http://jovensconectados.org.br/50-anos-do-golpe-militar-relembra-a-atuacao-dos-jovens-no-periodo.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ABAD, Miguel. **Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relacion entre convivência, cidadania y nueva condicion juvenil.** Última Década, Viña del Mar, CIDPA, nº16, p. 119-155, mar, 2002.

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, p. 25-36, maio-dez. 1997. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v 2).

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Caruaru (PE).** Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=260410. Acessado em: 24 ago. 2016.

BRASIL, **Programa Capacita Jovens para o Mercado de Trabalho, de 03 de abr de 2012.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>: Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6629, de 04 de novembro de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população por cidades, perfil.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260410>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.577, de 28 de dezembro de 2011.**

BRASÍLIA, **Agenda da Política Pública de Juventude de 28 de mar de 2014.** Disponível em:

http://agendapublica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/af_volume_1_politicas_de_juventude.pdf: Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASÍLIA, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008: Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf: Acesso em: 06 out. 2016.

CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./dez. 2003, pp.16-39, 2003.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Coelho. (Org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **Casa da juventude em Caruaru.** Disponível em: <http://www.scj.pe.gov.br/casa%20caruaru%20juventude>: Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica, de 2013.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Cidadania e Justiça: Políticas Públicas buscam garantir direitos dos jovens,** 13 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/politicas-publicas-buscam-garantir-direitos-dos-jovens>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE E IMPLANTADO EM CARUARU. Disponível em: <http://www.jornalextra.com.br/portal/blog/2011/07/07/conselho-municipal-de-juventude-e-implantado-em-caruaru/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>. Acesso em: 25 out. 2016.

GOMES, Romeu. Análise de dados em Pesquisa Qualitativa in Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Petrópolis (RJ): Vozes, 1994, p. 67-80.

LIBERDADE. Disponível em: <http://www.liberdade.com.br/noticias.php?id=4492>. Acesso em: 25 out. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PARA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Diagnóstico da População Jovem de Pernambuco**. Recife: 2011.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.608, de 31 de outubro de 2008**.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DE GESTÃO. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/politicas-publicas-e-processos-de-gestao/>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PREFEITURA DE CARUARU INSTITUI CONSELHO MUNICIPAL. Disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/19/03/2014/prefeitura-de-caruaru-institui-conselho-municipal-.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANTOS, Émerson Silva. **Protagonismo Juvenil e Exercício do Controle Social: O Conselho Municipal de Juventude de Caruaru-Pernambuco**. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/2015).

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Anderson Diego Farias; SANTOS, Émerson Silva. **O Processo de Execução das Políticas Públicas de Juventude: Uma Avaliação do Projovem em Caruaru-PE**. Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, V.6 N.2. Juiz de Fora, 2015.

SPÓSITO, M. P. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P.(Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. P.129-148.

UNESCO. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

UNESDOC. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ANEXO



PREFEITURA DE CARUARU

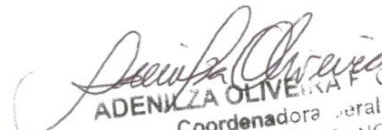
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que recebi no dia 04 de novembro de 2016, a estudante de Serviço Social da ASCES UNITA, Eliene Ferreira Nunes, que me solicitou relatório do ProJovem Urbano no período de 2010 a 2015.

Frente a impossibilidade de, em tempo hábil, registrar em relatório, o que fora solicitado pela estudante, prestei oralmente informações que considero pertinente.

Caruaru, 04 de novembro de 2016.

Adenilza Oliveira Figueiroa Cunha
Coordenadora do Projovem Urbano
Caruaru-PE


ADENILZA OLIVEIRA F. CUNHA
Coordenadora Geral
PROJOVEM URBANO
Secretaria de Educação, Esportes,
Juventude, Ciência e Tecnologia
Caruaru-PE